



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRACÃO**

**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PROJETO DE LEI Nº 05, DE 15 DE JANEIRO DE 2026.**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARRACÃO**

**ASSUNTO: “CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E PROVIMENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal de Barracão/RS, que autoriza a concessão de revisão geral anual no percentual de 4,41%, bem como aumento real de 0,59% sobre os vencimentos e salários dos servidores públicos ativos do Poder Executivo, estendendo-se aos proventos dos aposentados, pensões e cargos em extinção, além de alcançar Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, gratificações e cargos comissionados.

O projeto também autoriza a transposição de dotações orçamentárias para suportar a despesa com pessoal, prevê a inclusão dos valores no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e estabelece vigência imediata, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026.

A Exposição de Motivos justifica a revisão geral anual como reposição inflacionária baseada no IPCA acumulado de 2025, bem como fundamenta o aumento real no binômio necessidade/possibilidade, respeitando a realidade financeira do Município.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **1. Competência legislativa e iniciativa:**

A matéria versada no Projeto de Lei insere-se na competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, por tratar de tema



## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRAÇÃO**

de interesse local, atinente ao regime remuneratório dos servidores públicos municipais.

A iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, uma vez que se refere à fixação e alteração da remuneração de servidores públicos e agentes políticos, observando-se, por simetria, o disposto no art. 61, §1º, inciso II, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal.

#### **2. Revisão geral anual – fundamento constitucional**

A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos encontra previsão expressa no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, segundo o qual:

“A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.”

Cabendo ainda destacar o dispositivo constitucional previsto no artigo 40, §8º:

“É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei”.

A revisão geral anual possui natureza de recomposição inflacionária, não se confundindo com aumento real de vencimentos. Sua finalidade é preservar o poder aquisitivo da remuneração, sendo juridicamente legítima a utilização de índice oficial de inflação, como o IPCA, conforme reiteradamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.



### **3. Aumento real de vencimentos**

Além da revisão geral anual, o Projeto de Lei autoriza aumento real no percentual de 0,59%, o que configura acréscimo efetivo à remuneração dos servidores.

Tal medida é juridicamente possível, desde que observados:

- a) o princípio da legalidade;
- b) a iniciativa privativa do Executivo;
- c) a existência de dotação orçamentária;
- d) os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A concessão de aumento real não afronta a Constituição, desde que respeitados os limites de despesa com pessoal previstos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como as vedações do art. 169 da Constituição Federal.

### **4. Extensão aos inativos, pensionistas e agentes políticos**

A extensão da revisão geral anual e do aumento real aos aposentados e pensionistas é compatível com o regime constitucional, desde que respeitada a regra da paridade, quando aplicável, nos termos dos arts. 40, §8º (redação anterior à EC 103/2019) e da legislação municipal específica.

No que tange à inclusão de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, observa-se que a revisão geral anual também lhes é aplicável, conforme entendimento consolidado do STF, desde que respeitada a exigência de lei específica e a anterioridade em relação à legislatura, quando se tratar de fixação inicial de subsídios, o que não é o caso, pois se trata de revisão e aumento autorizado dentro do mandato.



## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRAÇÃO**

#### **5. Aspectos orçamentários e Lei de Responsabilidade Fiscal**

O Projeto de Lei atende aos requisitos formais e materiais da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao:

- 1- autorizar a transposição de dotações para cobertura da despesa com pessoal (art. 3º);
- 2- prever a compatibilidade com o PPA e a LDO (art. 4º);
- 3- limitar os efeitos financeiros ao exercício vigente.

A transposição de dotações encontra amparo no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, desde que autorizada por lei específica, como ocorre no caso concreto.

Ressalte-se que a implementação da revisão e do aumento está condicionada à manutenção do Município dentro dos limites legais de despesa com pessoal, sob pena de incidência das vedações do art. 22 da LRF.

#### **6. Retroatividade dos efeitos financeiros**

A previsão de efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026 é juridicamente admissível, por se tratar de norma mais benéfica aos servidores, desde que restrita ao mesmo exercício financeiro e respaldada por dotação orçamentária suficiente.

A jurisprudência admite a retroatividade de leis remuneratórias nesse contexto, inexistindo violação aos princípios da segurança jurídica ou da responsabilidade fiscal, desde que observados os limites legais.

#### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 05, de 15 de janeiro de 2026, que concede revisão



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRACÃO**

geral anual e aumento real nos vencimentos e proventos dos servidores públicos do Município de Barracão/RS.

Não se verifica óbice jurídico à sua tramitação e aprovação, desde que a execução da despesa observe rigorosamente os limites e condicionantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto à despesa total com pessoal.

É o parecer.

Barracão-RS, 18 de janeiro de 2026.

---

**FLAGNO MATOS DE PAULA**  
**OAB/RS 80280B**  
**Assessor Jurídico**